

Banco Central promete finalizar estudos dentro do prazo de dez dias

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

Fernando Milliet de Oliveira (BC) — desde terça-feira presidente do Banco Central — orientou sua diretoria no sentido de acelerar os estudos da conversão de modo a que dentro de dez dias uma proposta esteja pronta para ser discutida com o Ministério da Fazenda.

Já está definido que o setor de exportação será a prioridade número um na lista de possibilidades que se pretende abrir para que parte do crédito externo seja transformada em investimentos, através de negociações diretas entre os bancos credores e as empresas interessadas em aplicar capital de risco no Brasil. Para isto, projetos de investimento específicos voltados para a exportação teriam de ser aprovados pela Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportações (Befiex), vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio.

Ao contrário da equipe do ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que pensava em tratar das alternativas para flexibilizar a conversão da dívida em meio ao processo de renegociação com os credores externos, a nova administração do Ministério da Fazenda já deixou clara sua intenção de introduzir a mudança nas regras da conversão, independentemente das negociações que venham a ser desenvolvidas com os bancos internacionais.

A série de alternativas em estudo, e que estão em fase de detalhamento, prevê tratamento diferenciado em função das áreas para as quais os investimentos estarão voltados. Assim, uma das idéias em discussão é a de, por exemplo, exigir o ingresso de dinheiro novo em proporção ainda a ser definida com relação ao montante de recursos envolvido na conversão. Outra hipótese, não ex-

cludente, contempla a dedução de parte do deságio — pelo qual os papéis da dívida brasileira são negociados no exterior — para efeito de registro junto ao Departamento de Fiscalização e Registro de Capital Estrangeiro (Firce), no BC.

Para o setor de exportação, a prioridade significa que os investimentos na área, oriundos da prática da conversão, não terão exigida a contrapartida de dinheiro novo e, para efeito de registro do capital estrangeiro no BC, pensa-se em permitir a contabilização do valor integral do certificado de empréstimo negociado no exterior — a despeito, portanto, do deságio envolvido na operação — ou algo muito próximo ao montante total do título de crédito original.

O diretor da Área Externa do BC, Carlos Eduardo de Freitas, explicou a este jornal que as mudanças a serem introduzidas no esquema da conversão — hoje, o BC só permite que a dívida seja transformada em investimento em operação direta do banco credor, o que não envolve a figura do deságio — podem ser baixadas por documento interno do BC, através de uma circular ou de uma carta-circular, conforme prevê a própria legislação bancária. Assim, qualquer iniciativa de se levar o tema a discussão no Fórum do Conselho Monetário Nacional (CMN) dependerá da disposição do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, em promover um debate mais amplo em torno do assunto.

EMBRATUR

O presidente da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), João Dória Júnior, de acordo com a repórter Janice Menezes, do Rio, foi aos Estados Unidos na semana passada pedir o apoio do embaixador Marcílio Marques Moreira, a seu plano de conversão de parte da dívida externa em capital de risco no setor de turismo, principalmente na área hoteleira.